

AS ENCRUZILHADAS DA AMÉRICA LATINA E A MILITARIZAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”*

Rodrigo Castelo•

RESUMO

No final de 1990, a América Latina vivenciou uma guinada política à esquerda. Governantes alinhados ao Consenso de Washington foram derrubados pela mobilização popular, e lideranças políticas e sociais com posições antineoliberais foram eleitas. Iniciou-se, assim, um processo de questionamento do neoliberalismo e a busca de alternativas. Diante da crise orgânica na América Latina, surgiram saídas históricas díspares entre si. Podemos dividi-las em quatro grandes propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo, o socialismo do século XXI e a contrarrevolução. O objetivo central do trabalho é problematizar tal encruzilhada da América Latina a luz da teoria gramsciana sobre hegemonia e crises.

Palavras-chave: América Latina; socialismo; contrarrevolução; novo-desenvolvimentismo; social-liberalismo.

ABSTRACT

At the end of 1990's, Latin America experimented a left wing turn. Government leaders connected to Washington Consensus were defeated by popular mobilization, and the new leadership elected had antineoliberal positions. That was the beginning of the questioning of neoliberalism and the search of alternatives. The organic crises in Latin America opened different ways out that can be presented as four alternatives groups of propositions: social-liberalism, new-developmentism, socialism of the XXI century and the counter-revolution. The main objective of this work is to point out that cross-road in Latin America under the light of Gramsci's theory about hegemony and crises.

Keywords: Latin America; socialism; counter-revolution; new-developmentism; social-liberalism.

* Artigo publicado na revista *Temporalis*, ano 9, n.18, jul.dez./ 2009, p. 17-33. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

• Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do Instituto de Economia da UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 1950/60, quando eclodiram diversas revoluções nacionalistas e antiimperialistas na América Latina, a região não vivencia uma conjuntura política tão favorável aos interesses e projetos da classe trabalhadora. Diante do esgotamento do neoliberalismo (mas não do seu fim), as classes subalternas da região iniciaram um novo ciclo de lutas e, em algumas localidades, como Venezuela e Bolívia tais enfrentamentos apontam para novas vias de transição socialista, o tal *socialismo del siglo XXI* (BORON, 2010a). Em outros países, a política nacional passou a ter uma direção conduzida pelo novo-desenvolvimentismo, uma via reformista sem reformas estruturais, propondo alterações na política econômica e algumas medidas universais de política social. Mais à direita, temos o social-liberalismo, uma espécie de consciência social do neoliberalismo, que busca administrar, com políticas sociais paliativas, emergenciais e focalizadas, a tragédia social provocada pelo regime de acumulação financeirizado. E, na extrema direita, encontramos a nascente contrarrevolução, operada por meio de golpes militares, midiáticos e candidaturas presidenciais da alta burguesia, que trazem à tona velhos fantasmas – ainda não exorcizados – das ditaduras civil-militares latino-americanas dos anos 1960/80. Temos, assim, uma complexa encruzilhada política na América Latina no século XXI.

O presente trabalho busca problematizar os impasses do avanço das forças populares na região, que agora se veem diante da ascensão de setores conservadores e reacionários que, em alguns casos, reeditam a autocracia burguesa e intensificam a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, levando ao que chamamos de militarização da “questão social”. Também analisaremos, à luz da teoria de Antonio Gramsci sobre hegemonia e crise orgânica, os impactos da atual crise capitalista na encruzilhada latino-americana, que ora parece ter como desfecho uma guinada à esquerda, ora para a direita. Estaríamos diante, portanto, daquilo que Gramsci chamou de “paz de cemitério”, no qual o equilíbrio das forças antagônicas leva a derrota de ambos os lados? Ou a guinada à esquerda, sustentada pelo projeto do socialismo do século XXI, prevalecerá sobre a atual reação conservadora?

2. AS ENCRUZILHADAS

O neoliberalismo tem uma longa história na América Latina. Ela se iniciou nos anos 1970, com o golpe do general Augusto Pinochet que derrubou o governo de Salvador Allende e liquidou a via democrática do socialismo chileno. Apoiado pelos Estados Unidos, pelas grandes multinacionais e pelos setores mais reacionários da sociedade chilena, o golpe armado pavimentou o caminho para que tecnocratas importados diretamente da Escola de Chicago, então comandada pelo economista monetarista Milton Friedman,

implementassem o receituário típico do neoliberalismo, tais como controle da emissão monetária, aumento da taxa de juros, privatização dos bens e serviços públicos. Essas medidas, na prática, objetivaram o desmonte do projeto da Unidade Popular. No seu lugar, emergiu um outro projeto, agora afeito aos interesses das classes dominantes, nacionais e internacionais. Nasceu, assim, sob os auspícios da autocracia burguesa, o neoliberalismo na América Latina.

Anos mais tarde, já na década de 1980, após as vitórias dos conservadores na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, o neoliberalismo latino-americano retomou o fôlego, agora sob uma roupagem hegemônica sem, contudo, descartar medidas coercitivas de repressão às resistências populares. Conforme as anotações gramscianas no cárcere, todas as grandes transformações de fases no bloco histórico capitalista, nas quais se operam mudanças nos padrões de acumulação, ocorrem sob a batuta de padrões de dominação que mesclam medidas hegemônicas e coercitivas (GRAMSCI, 2002). Na América Latina, com a passagem do modelo de industrialização via substituição de importações para o modelo neoliberal de financeirização da riqueza, ocorreu o mesmo. Em certa medida, as ditaduras civil-militares implantadas em toda a região nos anos 1960/70 prepararam o terreno para a entrada do neoliberalismo na América Latina, quando não o fizeram explicitamente, como é o caso do Chile e, em certo grau, da Argentina. Entre as autocracias burguesas latino-americanas e a plutocracia neoliberal, há linhas de continuidade e rupturas.

O objetivo do neoliberalismo era se apresentar como uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação. Dessa forma, se implementou uma nova agenda de política econômica e de integração regional ao mercado mundial. A partir de então, a América Latina, por meio da política adotada pelas suas classes dominantes, ficou presa ao Consenso de Washington, um receituário de medidas pró-mercado concebidas por tecnocratas do Banco Mundial, FMI, OMC e economistas neoclássicos das principais universidades estadunidenses em 1989¹ e que entrou efetivamente em operação na América Latina na década seguinte sob os auspícios das classes dominantes regionais.

Nesse período, operou-se a aplicação quase integral do receituário imperialista nos países latino-americanos. Seguindo de perto as recomendações do Consenso de Washington, governos da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Venezuela e tantos outros colocaram em prática as medidas preconizadas pelo Consenso de Washington, tais como a

¹ O conteúdo básico do Consenso de Washington foi sistematizado por John Williamson em *Toward Renewed Economic Growth in Latin America* (1986) e *The Progress of Policy Reform in Latin America* (1990). Recentemente, ele fez uma autocrítica no estilo social-liberal, escrevendo sobre o Pós-Consenso de Washington com o objetivo de incluir “reformas” para manter a essência do plano

alta das taxas de juros, o equilíbrio fiscal, a privatização das empresas públicas, a redução dos gastos sociais, a liberalização financeira e comercial e a garantia dos direitos de propriedade privada.

Além disso, houve a desnacionalização e o desmonte de cadeias produtivas estratégicas nos países que lograram algum grau mais avançado de industrialização, bem como uma espécie de inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com o aumento do peso de produtos primários na pauta de exportações dos países latino-americanos². Por mais ou menos 20 anos, o neoliberalismo foi o modelo de integração subordinada da América Latina à nova fase imperialista do grande capital, reafirmando o caráter espoliativo, dependente e iníquo do modo de produção capitalista na região (SAMPAIO Jr., 2010).

Já no final da década de 1990, o neoliberalismo demonstrou seus primeiros sinais de esgotamento. As promessas não foram cumpridas e a América Latina continuou imersa na dependência e no subdesenvolvimento. As contrarreformas propostas pelo Consenso de Washington resultaram no aumento das desigualdades econômicas, sociais, culturais e regionais entre classes, povos e países da região. Desequilíbrios macroeconômicos e sociais se manifestaram, como o do balanço de pagamentos e a degradação do mundo do trabalho, expressa no desemprego estrutural, na precarização das relações trabalhistas, na redução dos direitos sociais e no aumento do pauperismo. Tais sinais de enfraquecimento do neoliberalismo abriram novos espaços de luta e confrontos na América Latina, que viu surgir novos sujeitos históricos organizados em torno de movimentos sociais.

A reação popular ao regime de acumulação financeira e à inserção da região na nova divisão internacional do trabalho, que privilegia a expropriação de bens naturais e simbólicos presentes nos territórios e comunidades das populações “originárias” e camponesas³, não tardou a aparecer. Os movimentos indígenas na América Andina e em Chiapas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil, por exemplo, são exemplos marcantes da resistência popular ao neoliberalismo e da busca de alternativas políticas ao capitalismo dependente.

Portanto, desde o final da década de 1990, a América Latina vivencia uma guinada política à esquerda, capitaneada pelos movimentos sociais. Diversos governantes alinhados ao Consenso de Washington foram derrubados pela mobilização das classes subalternas, e

original (WILLIAMSON, 2004).

² No caso brasileiro, caminha-se cada vez mais para a reprimarização da pauta exportadora, com o aumento relativo da venda internacional de produtos agrícolas e minerais e o baixo conteúdo tecnológico dos nossos produtos manufatureiros (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 78-83).

³ Sobre as múltiplas dimensões dos processos de expropriação dos meios de produção e reprodução social de proletários rurais, camponeses, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e povos originários latino-americanos e suas consequências econômicas, políticas e culturais, recomenda-se a leitura

lideranças políticas e sociais com posições antineoliberais foram democraticamente eleitas com maciço apoio popular. Iniciou-se, assim, um processo político de ruptura com o neoliberalismo, levando alguns analistas a falar apressadamente, já em 1994, em uma fase pós-neoliberal. Alternativas surgiram, umas mais à esquerda, outras mais ao centro-direita. Cada uma delas tem bases ideológicas e programáticas diferentes e, em alguns casos, divergentes. Podemos dividi-las esquematicamente em três grandes propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo e o socialismo do século XXI. Fazemos esse percurso indo da direita para a esquerda.

O social-liberalismo é uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de combate às expressões mais agudas da “questão social”. Ele ganha força a partir da publicação dos trabalhos de Anthony Giddens sobre a Terceira Via, de Alain Touraine sobre a Via 2 ½, de Amartya Sen sobre o desenvolvimento humano, de Joseph Stiglitz sobre a regulação dos mercados, dentre outros. Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado frente às falhas do mercado (CASTELO, 2009). Aqui na América Latina o social-liberalismo é representativo no Chile e no Brasil, mas está presente em diversos outros países.

Adotando posições centristas moderadas, o novo-desenvolvimentismo, que em quase nada lembra o velho desenvolvimentismo latino-americano, coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinados a uma melhora nos padrões distributivos da América Latina (SICSU et. al. 2005). A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas periféricas. Nesse caso, constata-se a forte influência das ideias pós-keynesianas e da Nova Cepal, cada vez mais distante do antigo estruturalismo cepalino (CARCANHOLO, 2010). Sua influência é crescente e se faz sentir fortemente na Argentina, em setores do governo brasileiro de Luís Inácio Lula da Silva e até mesmo dos governos boliviano e venezuelano.

Do lado mais à esquerda do espectro político, temos o socialismo do século XXI, iniciado com a Revolução Bolivariana de Chávez em 1998. Ainda marcado por fortes pressões contrárias, como movimentos separatistas das elites descontentes, golpes militares com o apoio dos Estados Unidos e campanha difamatória orquestrada pela grande mídia, o socialismo do século XXI busca consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialista que ligam a periferia ao centro; busca também combater as relações

dos trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) e Virgínia Fontes (2010, p. 84-93).

capitalistas, coloniais e racistas internas a cada um dos países da região andina. Colocando o Estado sob controle parcial das forças populares, as rendas derivadas da nacionalização e estatização de recursos naturais são destinadas a políticas universais de direitos sociais. Sua principal iniciativa de integração político-econômica é a Alternativa Bolivariana para la América (Alba), e suas raízes ideológicas, ainda frágeis do ponto de vista teórico (BORON, 2010b, p. 92), remontam aos antigos líderes independentistas, como Simon Bolívar e José Martí, ou revolucionários como Zapata e Sandino, bem como a ramos da teoria marxista, como o da Dependência de Ruy Mauro Marini.

Aos trancos e barrancos, a América Latina experimenta avanços democráticos em algumas nações da região, todos eles conquistados por ampla mobilização popular. Diversos sujeitos históricos (res)surgiram na cena política e demandaram novas institucionalidades que atendessem seus interesses econômicos, políticos e culturais. Venezuela, Bolívia e Equador são os exemplos mais significativos do recente avanço das lutas populares em *Nuestra América* (BORON, 2010b; KATZ, 2010). Já em outros países, como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, assistimos à transição das ditaduras para regimes democráticos, nos quais setores da antiga resistência às autocracias assumiram o poder mas não foram capazes de avançar no desmonte das estruturas oligárquicas. Nessas nações, prevaleceram governos de feição social-democrata com práticas efetivas de antigos dirigentes de direita, uma mescla *sui generis* entre medidas do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo.

Com o novo-desenvolvimentismo adotando posições mais moderadas do que o antigo projeto reformista nacional-desenvolvimentista, e o social-liberalismo buscando incorporar a agenda de políticas de amenização às expressões mais agudas da “questão social”, temos a conformação de um centrismo na política latino-americana. Em um movimento ambíguo, este centrismo conservador, que pode ser chamado de liberal-desenvolvimentista⁴, adota uma retórica antineoliberal, mas, na prática, promove a continuidade e mesmo a expansão de políticas neoliberais, sejam elas econômicas ou sociais, com destaque para as políticas macroeconômicas de liberalização do câmbio e juros, permitindo o mercado determinar o preço de duas variáveis-chaves de uma economia nacional. Os vetores da esquerda reformista sem reformas estruturais e da direita social-liberal caminham para posições centristas e conservadoras, articulando novos blocos de poder que, na prática, desarticulam a situação revolucionária latino-americana.

Apesar das significativas diferenças existentes entre os dois blocos de países supracitados – uns trilhando o caminho do socialismo, outros o do reformismo (sem

⁴ O último livro do Coletivo de Estudos sobre Política Educacional da Fiocruz, coordenado pela prof^a Lúcia Neves, sintetizou este centrismo da política neoliberal na expressão “*direita para o social, esquerda para o capital*” (NEVES, 2010).

reformas estruturais) –, percebemos um avanço moderado da democratização de bens políticos e econômicos no continente, marcado constantemente por golpes executados pelas elites locais sob o patrocínio do imperialismo estadunidense.

3. A MILITARIZAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” LATINO-AMERICANA

O avanço democrático experimentado nos últimos anos na América Latina, por mais limitado que seja, soou um alarme de incêndio nas classes dominantes locais. Na cabeça das elites reacionárias, era necessário acionar o freio e parar o avanço das forças populares, que tiveram a ousadia então inimaginável de recolocar o socialismo como palavra de ordem e programa político. A “questão social” latino-americana ficaria ainda mais explosiva com a eclosão da crise capitalista iniciada em 2008 no centro do mercado mundial, primeiro nos Estados Unidos, depois na União Europeia.

A autocracia burguesa latino-americana, tão bem descrita na obra de Florestan Fernandes ([1975], 2006), ensaia novas experiências diante da guinada à esquerda. De acordo com as formulações das classes dominantes latino-americanas, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais não era capaz de barrar o avanço das forças progressistas: era preciso saltar para uma nova etapa da repressão. Um novo conjunto de medidas imperialistas e coloniais foi desenhado para frear os avanços conquistados pelas forças populares, medidas estas que, segundo Ana Esther Ceceña (2010), incluem instalação de novas bases militares do Gendarme mundial, leis antiterroristas, controle social de pessoas e fronteiras, exercícios militares terrestres e marítimos e a produção e difusão de uma nova hegemonia militarista através dos oligopólios de comunicação.

A contrarrevolução começou a ser orquestrada e operacionalizada no centro da democratização latino-americana. Com o apoio dos EUA, Espanha e FMI, o golpe que o presidente eleito Hugo Chávez sofreu em 2002 alçou ao poder um típico representante da burguesia venezuelana. Em menos de uma semana, um milhão de venezuelanos tomaram as ruas de Caracas e exigiram, com a Constituição nacional nas mãos, a volta do presidente eleito. Assim foi feito, e o presidente retornou às suas funções. Isso, contudo, não significou o fim da contrarrevolução autocrática na América Latina. Era apenas o primeiro *round* de uma intensa batalha que perdura até hoje.

O segundo *round* aconteceria na Bolívia. As elites dos departamentos mais ricos do país reagiram às sucessivas derrotas eleitorais e políticas com um processo de separatismo e de criminalização dos movimentos sociais indígenas. Lideranças e militantes foram mortos e uma conspiração direitista passou a ser tramada no país. Após uma onda perturbadora de incidentes e crimes contra as organizações populares, o movimento separatista perdeu seu ímpeto e não teve forças de impedir a reeleição do presidente Evo Morales, que saiu

fortalecido de todo o processo.

O terceiro *round* foi orquestrado no norte do continente. Em julho de 2008, após mais de 50 anos extinta, a Quarta Frota da marinha estadunidense foi reativada. Foi uma demonstração velada, e ao mesmo tempo contundente, do desconforto nutrido pelos EUA com os rumos políticos ao sul do Rio Grande. Nenhum grande destacamento naval foi direcionado para a região, mas o governo estadunidense sinaliza que pode fazê-lo caso a situação política saia do seu controle imperial.

O quarto *round* constitui-se em mais uma ingerência dos Estados Unidos na América do Sul. Na Colômbia, o presidente Uribe deferiu o pedido da Grande Águia do Norte de instalação de sete bases militares no seu país. A justificativa oficial é o combate ao narcotráfico, a mesma desculpa usada no passado pelo Plano Colômbia, que nada mais foi do que um plano de combate às guerrilhas revolucionárias daquele país, plano este que conta com o suporte de organizações paramilitares financiadas pelo Estado colombiano e por empresas multinacionais. Vale também lembrar que o país foi palco de um incidente na sua fronteira com o Equador, quando comandos militares daquele país invadiram o território vizinho na busca, captura e execução de membros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc).

Não por acaso, a militarização da “questão social” tem como um dos epicentros a Colômbia. Com apoio financeiro e militar dos Estados Unidos, os últimos governos daquele país têm promovido uma campanha persecutória não somente das guerrilhas revolucionárias, mas de lideranças populares do campo e da cidade. Recentemente, uma das maiores valas comuns de mortos políticos no mundo foi descoberta em área rural do país (La Macarena, departamento de Meta), com cerca de dois mil cadáveres, o que constitui, segundo especialistas dos direitos humanos, um crime contra a humanidade passível de ser denunciado na Suprema Corte Internacional de Haia. E, constantemente, a política militarista de Uribe, que tem continuidade com o governo de Juan Manuel Santos, tensiona as relações com o vizinho venezuelano com o objetivo de pressionar a revolução bolivariana a partir de uma corrida armamentista na região.

Honduras surgiu nesse clima da necessidade burguesa de saídas golpistas, de decretação de estados de sítio para a contenção dos avanços populares. O governo de Manuel Zelaya havia começado a implantar uma agenda política reformista de rompimento com as principais oligarquias locais e estrangeiras, que rapidamente se movimentaram para a destituição do governo legalmente constituído, com o apoio velado dos Estados Unidos. Isso, contudo, não surpreende aqueles que conhecem a história latino-americana, marcada por sucessivas contrarrevoluções preventivas e/ou de reação a situações revolucionárias.

Um ano após o golpe, nenhum envolvido foi preso, condenado ou arguido pela justiça daquele país. A situação política é conturbada, pois os movimentos sociais se

recusam a aceitar a “normalidade institucional” e continuam a mobilização de lutas diretas para a formalização de uma Assembleia Constitucional. No plano econômico, 1,2 milhão de hondurenhos estão desempregados, o que equivale a 15% da força de trabalho nacional, e a miséria atinge um terço da população.

Em outubro de 2010, o presidente equatoriano Rafael Correa também sofreu uma tentativa de golpe tramada por setores da polícia e da Aeronáutica, com apoio político do ex-presidente deposto Lucio Gutierrez. Atacado e sequestrado por policiais sublevados, o presidente Correa foi resgatado por comandos de operações especiais das Forças Armadas e o golpe não durou sequer 24 horas. De todo modo, a reação mostrou novamente a sua face, apesar do apoio popular e internacional manifestado por milhares de equatorianos nas ruas e praças do país e por presidentes de toda a América do Sul na figura da UNASUL.

Um dos fatos mais surpreendentes do recrudescimento da contrarrevolução ocorreu no Paraguai. Em 2008, Fernando Lugo, ex-bispo da Igreja Católica ligado ao grupo progressista da Teologia da Libertação, foi eleito presidente da nação após décadas de ditaduras militares e domínio oligárquico do Partido Colorado. Sua eleição se deu sob forte apoio popular e dos movimentos sociais organizados do país, e tudo apontava que Lugo seguiria a guinada à esquerda sul-americana. Mas, em abril de 2010, a presidência paraguaia decretou estado de exceção em cinco províncias do país para combater uma guerrilha intitulada Exército do Povo Paraguaio, que atua numa região em que algumas lideranças do movimento camponês foram presas e/ou assassinadas nos últimos tempos. De lá para cá, as conspirações golpistas do Parlamento e da mídia para a derrubada do presidente do país só fizeram aumentar, aproveitando-se da sua frágil saúde e da instabilidade política do país.

Até a finalização da redação do presente artigo, atos militares de intervenção na “questão social” latino-americana não pararam de se suceder, até mesmo em países governados por forças liberal-desenvolvimentistas. Tais ações militaristas de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais não é um atributo exclusivo dos países envolvidos na contrarrevolução latino-americana. No México, o município autônomo indígena de Oaxaca está sob o cerco de forças paramilitares, que impede a entrada de alimentos e medicamentos, e suas principais lideranças estão ameaçadas ou já foram eliminadas. Na Costa Rica, um efetivo de sete mil fuzileiros estadunidenses desembarcou no país da América Central com autorização do Congresso Nacional, sob a alegação de combate ao narcotráfico no México. No Chile, o povo Mapuche, que ocupa uma região rica em recursos florestais, está sendo perseguido e executado por forças estatais com a aplicação da lei antiterrorista editada na era Pinochet. E muitos outros exemplos poderiam ser citados à exaustão...

De acordo com os fatos elencados, pode-se dizer que os conflitos políticos estão

gradativamente se deslocando para o plano militar. A democracia latino-americana, impulsionada por governos revolucionários, antiimperialistas e reformistas, e limitada pelos governos social-liberais e novo-desenvolvimentistas, é crescentemente ameaçada pelo poder das armas e do grande capital. Se, antes, havia a ascensão das forças populares, agora, depara-se com uma contra-ofensiva da direita em duas frentes: o militar, com a radicalização da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, bem como com a ocupação do Haiti pelas forças estadunidenses, e o político, com a eleição de presidentes direitistas no México (após uma gigantesca fraude eleitoral), Chile e Colômbia e o conservadorismo de governos que assumiram sob a bandeira do reformismo, mas a abandonaram rapidamente, como na Nicarágua, El Salvador e Panamá.

Com isso, o investimento em armamentos na região tem crescido nos últimos anos. Em 2008, os gastos militares dos países sul-americanos atingiram a cifra de US\$ 51 bilhões, o que representa um aumento de 30% em relação aos valores gastos em 2007. O Brasil lidera o ranking de gastos com US\$ 15,47 bilhões, seguido da Colômbia (US\$ 6,56 bilhões) e Chile (US\$ 4,86 bilhões). Tais recursos valiosos, que deveriam ser aplicados em saúde, educação, habitação, saneamento, transportes etc., estão sendo desviados para combater ou aprofundar a contrarrevolução em marcha, ameaçando o combate às expressões mais agudas dos problemas sociais. Vive-se, assim, uma militarização da “questão social” latino-americana.

A resposta dos trabalhadores, camponeses e indígenas foi o avanço político das reformas propostas, com a radicalização das demandas populares sob a bandeira do socialismo do século XXI. No centro da arena da luta de classes, com viés para a direita, se posicionaram os dirigentes social-liberais e novo-desenvolvimentistas com suas propostas de humanização do capitalismo ou, nos casos mais centristas, de crescimento econômico com equidade social. Na extrema direita, começa a se alinhar uma contrarrevolução burguesa, visando impedir qualquer avanço democrático na região, mesmo dentro dos limites institucionais.

4. GRAMSCI E AS CRISES CAPITALISTAS

As crises econômicas são cíclicas no capitalismo, resultantes das próprias contradições do sistema. Elas não são meras falhas no funcionamento da acumulação capitalista, mas sim organicamente constituintes deste modo de produção. Com o passar do tempo, a burguesia desenvolveu uma série de medidas preventivas, em especial um amplo leque de medidas de política econômica e social após a grande crise de 1929. Mas, mesmo com todo o aparato estatal e ideológico da macroeconomia e do Estado de bem-estar social, as crises se sucedem no capitalismo. E elas não são única e exclusivamente econômicas,

mas também políticas. Articuladas entre si, elas podem se tornar explosivas e abrir janelas históricas de profundas transformações sociais. A respeito disto, Lênin cunhou o conceito de *situação revolucionária*⁵ e, Gramsci, de *crise orgânica* (GRAMSCI, 1999 – Caderno 8, nota §216; GRAMSCI, 2002 – Caderno 13, notas §17, §23 e §24).

O agravamento das expressões da “questão social”, tais como a fome, miséria e desemprego, tendem a um acirramento das contradições políticas. Em alguns casos, tal acirramento instiga movimentos espontâneos de contestação, que, se ganharem grandes proporções, podem vir a abalar a hegemonia das classes proprietárias. Com a perda da capacidade de comandar a sociedade pela via do consenso, as classes dirigentes tornam-se dominantes, isto é, exercem seu mando e exigem a obediência por meio da ditadura. Diante de tais crises orgânicas, abre-se a possibilidade histórica de ruptura com o bloco histórico capitalista, desde que o proletariado esteja organizado em torno de coletivos revolucionários e conscientes dos seus objetivos históricos.

Segundo a teoria gramsciana, uma crise de grandes proporções, intitulada de crise orgânica, ocorre no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura” – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não são mais contidas dentro dos limites impostos pela superestrutura. Rompem-se, assim, os laços entre estrutura e superestrutura, e o bloco histórico ameaça desagregar-se completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais.

O surgimento desta janela histórica proporcionada pela crise orgânica é uma das grandes oportunidades que os movimentos sociais e políticos anti-sistêmicos têm para acumular força e contestar o sistema vigente, abrindo efetivo espaço para a revolução social. Mas não se deve esquecer que esta conjuntura histórica também abre espaço para os movimentos reacionários das classes dominantes, muitas vezes operados por meio de golpes e ditaduras, como nos recorda Gramsci (2002, p. 60): “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”. São períodos de agitação espontânea, de “subversionismo esporádico e elementar” das classes subalternas, mas também de relativo fortalecimento das forças

⁵ “Só quando os ‘de baixo’ não querem o que é velho e os ‘de cima’ não podem como dantes, só então a revolução pode vencer. Esta verdade exprime-se de outro modo, com as palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (tanto dos explorados como dos exploradores). Por conseguinte, para a revolução é necessário, em primeiro lugar, que a maioria dos operários (ou pelo menos a maioria dos operários conscientes, pensantes, politicamente activos) compreenda plenamente a necessidade da revolução e esteja disposta a dar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que arraste para a política mesmo as massas mais atrasadas (...), que enfraqueça o governo e torne possível aos revolucionários o seu rápido derrubamento” (LÉNINE, [1920] 1979, p. 325).

repressivas e de setores das classes dominantes, como a Igreja e as altas finanças.

A atual crise capitalista tem múltiplos efeitos nas diferentes regiões do planeta. Mesmo sendo uma crise que atinge os fundamentos econômicos do atual padrão de acumulação financeirizado, ela não evolui para uma crise orgânica na Europa por dois motivos básicos: além da falta de coordenação política das reações espontâneas e defensivas dos trabalhadores, as classes dirigentes e dominantes operam um sem número de medidas preventivas por meio do Estado, como o uso de centenas de bilhões de euros no resgate de instituições financeiras e a promulgação de contrarreformas trabalhistas e da seguridade social, bem como processos de privatizações de ativos públicos na Espanha, Grécia, Inglaterra, França, Portugal e Rússia. Ademais, constata-se um aumento do conservadorismo na Europa. A Itália, terra natal de Gramsci, é sacudida hoje por um crescente movimento de reabilitação histórica de Mussolini. Antigos bastiões da social-democracia trabalhista, como os países nórdicos, da Europa Central e a França, assistem partidos políticos da ultra-direita ganhar assentos nos parlamentos e editar leis e medidas xenófobas contra os imigrantes de países subdesenvolvidos.

Motins, ocupações de fábrica, passeatas e até mesmo greves gerais não têm sido suficientes para apejar do poder governos de corte social-neoliberal que vêm aprofundando o neoliberalismo na Europa, no que alguns analistas chamam de Consenso de Bruxelas. A crise econômica, portanto, não se desdobrou em crise de hegemonia, e a classe trabalhadora não desenvolveu um projeto capaz de disputar a direção intelectual-moral das sociedades europeias, ainda presas ao receituário neoliberal.

Já na América Latina, a crise vem se tornando, gradativamente, uma crise orgânica, tornando a região o elo fraco do imperialismo. Esta situação, contudo, não deve ensejar análises triunfalistas da revolução socialista, nem avaliações catastrofistas de uma *débâcle* regional do capitalismo. Sem dúvida, importantes avanços reformistas vêm sendo conquistados nos últimos anos na América Latina, mas a região também tem sido palco da reação política e militar das classes dominantes locais e internacionais.

Reformas, revolução e contrarrevolução formam, entre si, um elo indissociável, e o que está se desenhando neste início de século XXI na América Latina é uma complexa encruzilhada (CASTELO, 2010a). A arena política latino-americana, para a qual confluem diversos interesses estrangeiros, é ocupada por forças muito díspares e divergentes entre si, tais como os socialistas, os novo-desenvolvimentistas, os social-liberais e os contrarrevolucionários. Somente a dinâmica da luta de classes na região – e alhures – determinará quais serão os caminhos trilhados pelos povos latino-americanos nesta intricada encruzilhada na qual a região se vê enredada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de surgimento da “questão social”, as classes proprietárias trataram-na tanto como um caso de polícia, com o uso dos instrumentos de coerção disponíveis legalmente ao Estado, quanto com caridade e sermões religiosos e a filantropia burguesa (CASTELO, 2010b). Hoje, em uma época marcada por uma grave crise capitalista, na qual emerge, desde meados dos anos 1990, a resposta social-liberal às expressões mais agudas da “questão social”, constata-se um progressivo aumento do exercício da violência policial, militar e paramilitar na contenção das tensões sociais e políticas. Isto, entretanto, não deve autorizar uma apreciação que afirme um simples retorno ao passado do tratamento da “questão social” como um caso de polícia.

A direção histórica não é uma evolução linear ao futuro, mas sim uma espiral capaz tanto de avançar – paulatinamente ou por saltos históricos – quanto de recuar, no caso de situações em que prevalece a barbárie. Tais situações de recuo nos avanços civilizacionais são típicas de períodos de derrotas retumbantes do proletariado, nos quais as classes subalternas se veem impedidas, por fatores objetivos e subjetivos, de lutar efetivamente pelo projeto socialista, ou mesmo de colocar limites, por meio das reformas, à acumulação capitalista e seus efeitos sociais deletérios.

O neoliberalismo é precisamente uma época de regressão histórica, de avanço da barbárie e recuo civilizacional da humanidade. Nos períodos históricos de recuo e de crise orgânica, alerta Gramsci, o emprego da força é intensificado com o objetivo de sustentação do *status quo*. Isto tem se verificado na atual fase (de decadência) do neoliberalismo, em particular na América Latina. A perda do consenso é relativamente compensada pelo incremento da ditadura, da coerção. É importante notar, todavia, que junto à militarização da “questão social” latino-americana, observa-se uma série de medidas provenientes dos aparelhos estatais de assistência social e dos aparelhos privados de hegemonia alinhados às classes dominantes e dirigentes, como políticas sociais assistencialistas e focalizadas com alcance massivo, calcadas em modernos bancos de dados com o cadastro de “clientes” de tais políticos, e campanhas midiáticas que buscam valorizar positivamente o chamado “terceiro setor”, a responsabilidade social, a filantropia empresarial, o voluntariado, a solidariedade individualista, o empreendedorismo, naquilo que alguns autores chamam de nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

As medidas hegemônicas do grande capital de cunho social-liberal são novidades históricas e se articulam organicamente com a militarização da “questão social”. Por isso, argumenta-se no presente artigo que não estamos diante de mero retorno ao passado – no caso, aqui, do tratamento da “questão social” como caso de polícia –, mas sim de um novo padrão de intervenção na “questão social”, que se faz valer de elementos consensuais e

coercitivos, hegemônicos e ditatoriais, com o crescente aumento do uso dos aparatos policiais e, agora, militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORON, A. O socialismo do século 21: há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010b, p. 81-97.

BRASIL DE FATO. São Paulo, vários números.

CARCANHOLO, M. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 119-141.

CASTELO, R. O social-liberalismo e a “questão social” global. *Serviço Social & sociedade*, São Paulo: Cortez, n.98, p. 283-307, abr./jun. 2009.

_____. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010a.

_____. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v.20, n.1., p. 85-94, jan./jun. 2010b.

CECEÑA, A. E. Los paradigmas de la militarización en América Latina. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/leer.php/30>>. Acesso em: 11 de setembro de 2010.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.

FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do Cárcere*, vol.3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KATZ, C. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo? In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 57-80.

LÉNINE, V. I. A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo. In:_____. *Obras escolhidas*, vol.3. Lisboa: Edições Avante!, [1920] 1979. p. 275-349.

NEVES, L. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

____ (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

O GLOBO. “Países da Unasul divergem sobre armas”. 16 de setembro de 2009. p. 31.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (coord.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 151-197.

SAMPAIO Jr., P. de A. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 35-55.

SICSU, J.; DE PAULA, L. F. e MICHEL, R. (orgs.) (2005). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

WILLIAMSON, J (2004). Nossa agenda e o Consenso de Washington. In: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo, Saraiva. p. 283-291.